

Construindo uma nação: culturas adversas e a busca da hegemonia civilizacional no Mato Grosso imperial

ERNESTO CERVEIRA DE SENA*

RESUMO: Esse artigo analisa alguns aspectos da construção do império brasileiro, notadamente as políticas governamentais em Mato Grosso, as quais os dirigentes imperiais consideravam contingenciais para a formação de uma *nação civilizada*. Dessa maneira, esse artigo aborda a questão da pluralidade de culturas na conformação dessa mesma nação que deveria ter seus habitantes perfilhados, em que os diversos habitantes da circunscrição territorial do império deveriam ser considerados participantes de uma mesma comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mato Grosso, império, século XIX, índios, populações, civilização.

Benedict Anderson, em *Nação e Consciência Imaginada*, procura oferecer um conceito e uma “definição viável” de nação¹. Nação, desta forma, seria uma comunidade imaginada politicamente, mas imaginada como implicitamente limitada e soberana. É imaginada “porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”². Contudo, sendo toda comunidade uma imaginação, a diferença que as levaria a constituírem nações, diferentemente de outras comunidades, Anderson expõe três características para marcar o estilo da nação moderna:

- “A nação é imaginada como algo limitado porque até mesmo a maior delas, (...), possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações”³.

- “É imaginada como *soberana*, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico,” governados pelo direito divino⁴.

- Finalmente, “a nação é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e a exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre

concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas.”⁵

As análises de Benedict Anderson são pertinentes para uma pesquisa sobre Mato Grosso, durante o Império, que procura perceber o forjar de um território nacional, para além de suas limitações fronteiriças. Era a construção de um país em que as políticas locais, de abordagem das populações diversas, deveriam estar em conformidade com as prerrogativas do governo central.

Nestas páginas procuraremos desenvolver um exercício que mostre alguns aspectos da construção do Império brasileiro, assim como diretrizes governamentais em Mato Grosso que consideravam contingenciais para a “formação da nação”. Dessa maneira, será abordada a questão da pluralidade de culturas na conformação dessa mesma nação, que deveria ter seus habitantes perfilhados, em que os diversos habitantes da circunscrição territorial do Império se considerariam como participantes de uma mesma comunidade imaginada.

O Mato Grosso foi um dos lugares que aderiram ao processo de independência, encabeçada pelas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A região era estratégica tanto pela afirmação das fronteiras que antes demarcavam o antigo Império português, quanto pela sua vasta extensão que provavelmente guardaria fabulosas riquezas naturais.

Contudo, procurava-se formar um país não somente pela sua extensão territorial, na qual Mato Grosso era também espaço imprescindível, mas igualmente por uma memória e história que justificaria a união de todas as diferentes localidades e habitantes do antigo território português na América em uma única e jovem nação, predestinada para a mesma soberania política e unicidade territorial.

Nesse sentido, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. Tal instituto recebia monografias de várias partes do Brasil, tratando principalmente de descrições físicas da paisagem brasileira e de episódios, principalmente os relacionados à época colonial, que demonstrariam a pré-figuração de um novo país.

Segundo François-Xavier Guerra, as construções memoriais despertam mecanismos de socialização. Mas para isso elas se apresentam como parte importante dos elementos que estruturam um grupo humano, ou seja, forjam sua identidade, e acabam muitas vezes se apresentando como “verdade indiscutível e invariável”⁶. Nessa direção, um passo importante para construir essa memória que formaria uma nação, foi quando o IHGB lançou o concurso que premiaria o melhor projeto sobre “Como escrever a História do Brasil”. O vencedor foi o projeto elaborado pelo bávaro Karl Friedrich von Martius, sócio-correspondente do IHGB. O trabalho de von Martius relacionava o desenvolvimento da história do Império com as “três raças mescladas e formadoras”, cada qual com um diferente papel na formação nacional: Ao branco, cabia ser o elemento civilizador; ao índio, ser considerado passível de galgar os degraus da “civilização” com a ajuda do primeiro; e ao negro, o espaço da detração, pois era fator de impedimento do progresso da nação⁷. Como mostra Neuma Rodrigues, o projeto de von Martius tornar-se-ia um referencial para os debates, pesquisas e artigos produzidos por muitos “intelectuais brasileiros durante todo o Império”⁸.

Lançado o projeto do historiador austríaco, dez anos depois, Varnhagen, apresentou a *História Geral do Brasil*. A obra foi considerada fundamento da história brasileira pelos contemporâneos e pósteros. Baseada nos preceitos de von Martius, foi elaborada sob patrocínio do IHGB e do próprio imperador⁹.

Um dos problemas detectados para o Império atingir o esplendor da civilização eram os aborígenes, negros e mestiços. Mesmo fazendo parte da história preconizada por von Martius, esses eram vistos como uma barreira ao país se reconhecer como nação, atrapalhando a “formação de uma verdadeira identidade nacional”¹⁰.

Se era corrente reconhecer no negro inferioridade e foco propagador de *doenças*, o aborígene recebeu representações mais ambíguas; se por um lado era concebido como atrasado, pagão e incivilizado - protótipo do “homem-do-mato” -, por outro lado, logo conquistaria um espaço na tentativa de se construir uma identidade brasileira, nos chamados “romances indianistas”, de que são modelos os de José de Alencar.¹¹ Mesmo o IHGB, instituição que levava a empreitada de formular uma identidade nacional, não apresentava consenso sobre o índio enquanto símbolo nacional. Eram participantes conhecidos dessa controvérsia, de um lado, Gonçalves Dias, que pesquisava em longas

viagens os silvícolas, e de outro, Varnhagen, que via “riscos subversivos do índio esboçado na literatura romântica”¹².

Mas não somente os intelectuais se viam na tarefa de construir uma nação, com todos os percalços inerentes a essa edificação. Muitos membros da burocracia¹³ do país que surgia na década de 1820 também eram partícipes dessa empreitada. Mesmo com várias concessões ao patrimonialismo e acordos com o mandonismo local, os burocratas espalhados pelo Império procuravam assegurar que as diversas populações, dos diferentes lugares, se reconhecessem como pertencentes a uma instância maior, que deveria ser a “nação” de todos.

Dentro dessa burocracia que procurava espalhar-se pelo grande território tido como brasileiro, os presidentes de província tinham um papel essencial. Eram eles os principais responsáveis pela burocracia local, e também o mais notável elo de ligação entre a localidade e o governo central. Mesmo no tempo das regências, época em que as províncias obtiveram maior gama de poderes, a escolha dos presidentes de província sempre recaiu sobre a Corte.

Dessa forma, quando os presidentes de províncias chegavam ao Mato Grosso, era recorrente dizerem que sua principal missão era “elevar o grau civilizatório e moral da província”. Isso expressava não somente a visão de que os habitantes de Mato Grosso careciam de posturas e comportamentos dignos de uma civilização que se pretendia construir, como também demonstrava qual era a maneira de perceber o mundo e a si mesmo - geralmente esses governantes eram homens de instrução superior e educados nas províncias mais prósperas do Império, quando não na Europa - e como os habitantes deveriam enxergar-se e perceber os signos da sua sociedade e mesmo de qualquer outro lugar e povo. Pode-se dizer que os presidentes de província (assim como os políticos da Corte, os intelectuais do IHGB, alguns políticos e os *cidadãos notáveis* do próprio Mato Grosso) seriam os portadores de uma “cultura da civilização”¹⁴, e que esta deveria ser a referência principal para se formar uma nação.

Por exemplo, quando os governantes locais instalavam encanamento d’água, ou estabeleciam linha de vapor ligando Cuiabá “às áreas mais civilizadas do Império”, esses feitos deveriam ser louvados pelas populações que tinham contato com eles. Mas boa parte da população assistida pelo encanamento d’água simplesmente continuava a ir

diariamente às bicas instaladas no centro da cidade, assim como os ribeirinhos continuavam jogando lenha no leito do rio, o que obstruía a navegação de barcos a vapor, que tinham grande calado, se comparado a outras embarcações¹⁵.

Acreditava-se na escola como um poderoso instrumento para mudar os hábitos e costumes de populações adversas ao modo civilizado. Assim houve uma significativa tentativa de incrementar a instrução pública, levada a cabo a partir da segunda metade do século XIX, promovendo a criação de várias cadeiras tanto no ensino primário, quanto no secundário. Contudo, os alunos em potencial muitas vezes iam à escola simplesmente para “matar a curiosidade”, abandonando logo em seguida as disciplinas¹⁶. Essa recusa em freqüentar a escola por boa parte da população foi uma constante nas várias décadas do Império. Apesar de instituírem a obrigatoriedade de freqüência às aulas, muitas pessoas não consideravam importante tirar o filho da lida, ou mesmo de suas casas, para freqüentar escola¹⁷.

Dessa forma, podemos problematizar o conceito de Geertz sobre cultura. Para o antropólogo norte-americano, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu; cultura representa essa teia de significações¹⁸. Contudo, tais significados não são partilhados igualmente por todos, como faz notar Panofsk¹⁹. As representações do mundo social, que seriam os referentes para os significados, são apropriadas de maneiras diferentes por cada grupo social²⁰. Mas tais representações eram visceralmente políticas, pertencentes ao Império que pretendiam construir na província de Mato Grosso. Roger Chartier, em seu estudo sobre a História Cultural, defende que as representações do mundo social são sempre construídas e determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Tais representações, no entanto, aspiram à universalidade²¹, em detrimento das particularidades.

Os dirigentes de província em Mato Grosso, portanto, se esforçariam para que as populações reconhecessem nos progressos materiais, no crescimento da instrução, e nas mudanças de costumes os sinais de um “mundo melhor”, diferente do deles. Ou seja, as teias de significados da população haveriam de mudar, teriam que corresponder ao que os dirigentes acreditavam ser a “civilização” e o “construir de uma nação”. Esse era o esforço e o desafio dos presidentes de província em Mato Grosso: fazer com que os significados mudassem.

Se a pluralidade de comunidades representava um obstáculo à formação de uma nação, os índios da província eram certamente os mais refratários aos elementos que simbolizariam a civilização que amalgamaria todo o Império. Eram nações dentro do território de uma nação.

Em Mato Grosso os índios eram objeto de pesquisa e atenção do governo imperial. Frequentemente levantavam-se dados estatísticos sobre os índios. Em 1849, por exemplo, eram detectados 53 povos (ou tribos, como eram designados) indígenas. Os levantamentos estatísticos visavam principalmente calcular o número, localizações e comportamento. Em relação a este último item, classificavam as “tribos” em três categorias: “1-Aldeados *perto* de nossas povoações”, “2- No primitivo estado de independência, mas têm algumas relações conosco” e “3-Hostilizam-nos e não se mostram dispostos a nossa amizade”.²² As famílias aldeadas “perto de nossas povoações”, em contraste com os do 2º e 3º itens, se mostravam não independentes dos povoados. Possivelmente eram trabalhadores nas fazendas, ou vendiam e compravam produtos nas povoações. Mas o interessante dessa classificação é que a distância espacial – “perto” – já designava que os índios não eram hostis, nem levavam uma vida “primitiva”.

Na verdade, a maior parte dos índios conhecidos não era considerada inimiga. E, quanto aos guerreiros, a partir da década de 50, as autoridades já conheciam, pela experiência, o período de seus ataques, assim como as principais rotas por onde atuavam²³. Somava-se a vivência aos estudos estatísticos para confrontarem-se com os gentios. Procuravam-se os dados estatísticos para melhor conhecer o que deveria ser dominado e incluído no país que se construía.

Contudo, depois da guerra do Paraguai, os ataques dos silvícolas se intensificaram drasticamente, impondo muitas mortes e saques aos não-índios. Essas investidas, feitas pelos índios Bororo-Coroados, começaram a acontecer na região perto de Cuiabá, fato que até então não havia acontecido, com tanta intensidade.

A reação dos *brancos* contra os “vândalos silvícolas” consistia basicamente em enviar forças para os locais onde se davam tais ataques. Nunca, porém, conseguiam um confronto mais incisivo contra os agressores, pois esses já tinham se dispersado há muito, quando as forças chegavam ao local. Por vezes, organizavam-se rondas

preventivas contra os indígenas, mas que também pouco surtiam efeitos. Não se sabia com precisão quando e onde os índios iriam atacar. Um jornal da época assim mostrava sua indignação diante dos acontecimentos que pareciam ser já insuportáveis:

Em tempo algum, os silvícolas mostraram-se tão sanhados como agora. De dia para dia multiplicam suas agressões e hostilidades. Percorrem com velocidade espantosa, e atacam quase ao mesmo tempo pontos segregados, zombando da ação dos homens, e da lei a que não estão sujeitos. As carnificinas e depredações são já excessivas. Força é por um paradeiro a tantos assassinatos.²⁴

Os presidentes de província procuravam, portanto, resolver esse problema imposto pelos índios. Mas tal procedimento deveria estar de acordo com as designações do centro político e administrativo, ou seja – nos dizeres do Visconde do Uruguai – deveria estar em *harmonia com as vistas*²⁵ do governo central:

O maior desejo, o empenho paternal de Sua Majestade O Imperador, o maior desvelo do Governo Imperial, tem sido, e com a maior veemência recomendados, que por bons modos se procure captar, já pela curiosidade, já pelo interesse, como pela confiança e gratidão, a amizade desses infelizes, cujo concurso na comunhão civil é um elemento de prosperidade para o país.²⁶

Ou seja, apesar da repulsa que causavam os assassinatos e destruições, expressa pelos jornais, e possivelmente em muitas conversas nas ruas e nas casas, os presidentes tinham por recomendação atrair os sanguinários aborígenes para promover uma *comunhão civil*. Desta maneira, nos relatórios, os presidentes apresentavam praticamente a mesma solução para o problema imposto pelos indígenas: fazer expedições “para garantir os lavradores das correrias dos índios” e, complementarmente, a catequização dos selvagens que conseguissem contatos amistosos²⁷.

Mas, se os dirigentes deveriam procurar meios civilizados e cristãos para transpor esse obstáculo, por outro lado consideravam inadequada a atitude dos habitantes do campo diante dos silvícolas, o que acabava por tornar os primeiros vítimas dos segundos:

Infelizmente nesta província os moradores do interior, possuídos de pânico e terror, fogem e abandonam suas casas e lavouras, com a notícia da aproximação dos índios(...). Se os moradores procedessem com mais calma, prudência e coragem, esperando os índios em suas casas, tratando - os bem e com confiança, estou certo que estes seriam menos arrojados si por ventura não estivessem já escarmentados, ou em amigáveis relações.²⁸

As expedições, uma das soluções governamentais contra os ataques aborígenes, seriam, a princípio, “para surpreender e persuadi-los para viverem em paz com os civilizados ou afugentá-los, sem todavia causar-lhes mal”.²⁹ Essas expedições seriam compostas preferencialmente por “homens afeitos à vida no mato”, juntamente com o auxílio dos membros da força policial e os praças de linha disponíveis³⁰. Teriam geralmente o comando de um prestigioso cidadão, como o comendador Salomão Alves Corrêa.³¹, ou de oficiais “criteriosos, de reconhecida prudência” como o capitão Sabino Fernandes de Souza.³² Enquanto isso, na falta de homens fardados na cidade de Cuiabá, as rondas “urbanas”³³ seriam “feitas por comerciantes e outros cidadãos de confiança”, que se apresentassem ao chefe de polícia a fim de executar esse voluntarioso serviço.³⁴

Se os moradores do campo não tinham, como pensou ao menos uma autoridade, a habilidade para travar amizade com os silvícolas, eram com eles mesmos, *os homens afeitos à vida no mato*, que os dirigentes provinciais contavam para superar o problema das agressões dos índios. Somente as forças policiais e os voluntários da capital não conseguiriam o intento de *pacificar* ou repelir os selvagens. Assim, pessoas como o tenente-coronel, da Guarda Nacional, Celestino Corrêa da Costa, disponibilizou treze dos seus camaradas a fim de comporem as “turmas”.³⁵

Entretanto, havia expedições condenadas pelos presidentes, como a do capitão Bueno, chefe dos Terena³⁶, chamadas de “bandeiras”. Essa qualidade de incursões, que remetia à memória dos primeiros tempos da colonização em Mato Grosso, era agora considerada inadequada, conforme os relatórios, pois eram “belicosas”, “desumanas”, “já condenadas pelo governo Imperial”, e que só faziam aumentar ainda mais a ira e o desejo de vingança dos selvagens.³⁷

Acreditavam os dirigentes que somente as excursões não seriam “a maneira de extirpar o mal em definitivo”. Isto ocorreria “somente pela catequese desses selvagens, cujos atos de perversidade”, considerava um presidente, “devem ser atribuídos ao

completo estado de embrutecimento em que vivem, e do qual nos cumpre tira-los à bem nosso e da humanidade”³⁸.

A catequese, portanto, era vista, no Império, de forma semelhante ao que o fora no período colonial, como o meio para o índio ser integrado ao *mundo civilizado*, ou em outros termos, para participar da *comunhão civil*, não menos do que o meio para ser introduzido ao cristianismo. Os índios quando “civilizados” (o que incluía serem cristianizados), previa o chefe dos conservadores, Barão de Diamantino, “serão, sem dúvida, os melhores roteadores das nossas imensas florestas, que um dia poderão converter-se em cidades populosas”.³⁹

Contudo, no início dos anos 80, o perigo representado pelos índios que vagueavam, saqueavam e matavam perto da capital ainda continuava. Um presidente resolveu tomar novas medidas, visto que o problema não estava sendo solucionado. Resolveu intensificar as rondas, e também organizar expedições que fossem até a “sede” dos coroados, ou seja, iriam até o alto São Lourenço, por paragens que ninguém se atreveria a passar. Para equipar essas expedições conseguiu um empréstimo de aproximadamente 25 contos de réis.

Junto com essas novas medidas apareceu também um novo termo, um verbo, publicado em relatório e transcrito e comentado por um jornal. Um termo que seria relacionado a uma prática: “bater”. Esse verbo, a princípio, surgiria conjugado de maneira antagônica a um outro: “civilizar”. “Bater” os índios, significava então, vencer, derrotar. Era guerra.

As rondas, que percorreriam áreas próximas da capital, como o Morro Grande e a Forquilha, tinham sido incumbidas de procurar os locais onde os índios “se arranchavam” e “batê-los”, quando os encontrassem. Da mesma forma, as forças que percorriam os trechos entre o Morro Grande e a Guia também deveriam “bater as partidas de índios que encontrassem”⁴⁰.

Essas recomendações às rondas, assim como a notícia de organização de expedições que iriam até o Alto São Lourenço em busca das “malocas” dos coroados, foram publicadas no jornal como atos oficiais. Por essa mesma época, um praça de um destacamento fora morto pelos “indomáveis coroados”. Assim comentou um periódico

– cujo subtítulo trazia as palavras, “dedicado aos interesses da Província” – sobre os “atos oficiais” e a morte do soldado destacado:

“Não resta, à vista disso, esperança de atraí-los à civilização por meios suasórios, como bem se depreende do procedimento hostil que acabam de ter para com aquele destacamento(...). Antes de receber esta comunicação, já S. Ex., o Sr. Presidente da província havia expedido ordem para aquele comandante [o do destacamento que perdeu um soldado, em Ponte da Pedra] e ao diretor da colônia militar de São Lourenço, para providenciar sobre o fornecimento de 50 cidadãos armados que seguirão para cada um daqueles pontos, a fim de ir às malocas de índios, incorporados aos respectivos destacamentos, logo que terminar a estação das chuvas.”⁴¹

Esta notícia demonstra, antes de tudo, a descrença na possibilidade de “se chamar à civilização” os “indomáveis coroados”. Mas o notável era que o redator, incorporando o espírito de uma população que não suportava mais tanta resignação e horror frente aos índios, via nos atos oficiais publicados uma concordância com esse mesmo ânimo. Ao enviar força para “bater” os coroados e aldeá-los, parecia ao redator que o presidente abandonava os meios civilizados, fugindo das vistas do governo imperial.

Aqui cabe uma explicação para mostrar o significado do verbo “bater” no dicionário de língua portuguesa mais utilizado no século XIX, o dicionário “Moraes”. Segundo esse dicionário, o termo “bater”, além de fazer correspondência à ação de martelar etc., refere-se também às ações belicosas: “Verbo ativo, dar golpe com martelo, (...). Bater o muro, ou praça com artilharia, ou outros engenhos. ‘Vi...espedaçar navios, e bater muros’. Exame de artilharia, ‘quinze galés lhe bateram o seu galeão’. Bater-se: brigar com espada. Bater de camaradas: disparar a artilharia lentamente”.⁴² Já outro dicionário, das últimas décadas do Império brasileiro – que se propõe a dar designações utilizadas no Brasil não encontradas em outros dicionários –, relaciona ao termo “bater”, única significação: “correr”⁴³.

Contudo, o presidente, em seu relatório, acabou demonstrando que suas medidas eram novas, mas que não deixavam de estar de acordo com a civilização, procurando catequizar o “bravio” , incorporando-o à nação que se construía. Sobre a morte de soldado em destacamento, dizia que este teria saído sozinho e desarmado de onde estava

o seu grupo. Por isso fora morto pelos índios, como acontecera com outros soldados, em outras ocasiões, ao não cumprirem “as terminantes ordens estabelecidas” de não se afastarem “desarmados de seu destacamento” .⁴⁴

O destaque que se dava à morte de um soldado, e à explicação dessa, acontecera, em primeiro lugar, porque as pessoas não podiam deixar de confiar nas defesas armadas. Isso, sem contar que já era difícil recrutar pessoas para essas mesmas forças. E, segundo, porque, estando a vítima isolada do pelotão, significava que os soldados não tinham entrado em confronto direto com os índios, embate que teria resultado não somente o saldo de um morto, mas principalmente, seria um indício de que toda a política civilizatória teria caído por terra, ao se tornar público tal confronto.

“Bater”, portanto, não deveria significar derrotar em guerra os índios, significaria afugentá-los para dentro das matas, tal qual designa o segundo dicionário. O presidente cita o resultado das expedições ao São Lourenço como exemplos do que queria das expedições: Uma, a do major Jorge Lopes da Costa Moreira, “afugentou para longe os índios coroados que habitavam dois aldeamentos situados sobre as margens dos rios Águas Brancas e das Pratas, confluente do S. Lourenço.” Outra, talvez o principal exemplo, fora comandada pelo alferes José Duarte. De tanto exemplar, o presidente citou quase integralmente o relatório dessa expedição em seu relatório. Mas, em suma, essa expedição não só afugentou os coroados para irem mais ao sul, como conseguiu aprisionar 17 índios, a maioria sendo mulheres e crianças⁴⁵.

Para a infelicidade do redator de “A Província de Matto Grosso”, e para muitas pessoas que possivelmente já não acreditavam nos *meios suasórios* para *trazer os índios à civilização*, não há em nenhum relatório, menção ou ordem de governante, na segunda metade do século XIX, para matar os índios quando encontrados. Raramente se noticiava que um índio “inimigo” teria morrido, nos curtos embates com as forças. Na expedição mandada para o alto São Lourenço, os componentes da força tiveram sob cerco os “terríveis”, “indomáveis”, “sanguinários”, que “atrasa[vam] a indústria”, cometiam verdadeiros atos de “barbaridades”, horrores que eram publicados nos jornais e que corriam nas conversas. No entanto, os expedicionários seguiram as ordens do comandante imbuído de espírito “civilizatório”, de “construção da nação” e não extravasaram suas, muito prováveis, indignação e crueldade. Não teria sido difícil agir

assim, pois não só o seqüestro dos índios, na própria aldeia dos coroados, mas também a fuga desses, demonstram a superioridade bélica da expedição em relação aos coroados, além da posição estratégica de cerco. Não é possível saber se morreram vários índios coroados nessa abordagem, mas pode-se perceber que os relatórios queriam e deveriam passar a idéia de que a *civilização* era mais forte do que a *barbárie*. E, assim, não apareciam nos relatórios atos de mortandade deliberada pelos *brancos*, caso ocorressem. Ora, as práticas governamentais tinham como justificativa e objetivo a ação civilizatória e a formação de um país, e dessa forma, atitudes *bárbaras*, condenadas pelo próprio imperador, tais como matanças de índios, seriam a antítese da espécie de “governabilidade” pretendida.

Os 17 índios aprisionados foram levados para Cuiabá e lá passaram por *bons tratamentos* e foram convertidos ao cristianismo. Alguns desses índios foram fundamentais, mais tarde, em 1887, quando uma expedição levou quase 400 índios para a capital. Em seguida, outros aproximadamente 200 se juntaram ao grupo. Dessa maneira, foram criadas duas colônias onde esses índios aprenderiam ofícios e viveriam da agricultura. Com o tempo, vários aborígenes foram deixando as colônias. Mas os dirigentes poderiam comemorar, os coroados nunca mais seriam os mesmos.

Se nação é uma comunidade política imaginada, os índios certamente representavam grande empecilho para que todos dentro do território nacional se imaginassem como pertencentes à mesma comunidade. Um empecilho maior do que as pessoas que habitavam na Corte, no Rio de Janeiro, e mesmo em Cuiabá, onde havia muitos descendentes de índios e escravos, os quais, juntos, eram mais numerosos do que os brancos. Contudo, existiam diversos matizes que indicavam proximidade ou não com a cultura da “civilização” e com o sentimento de pertencimento ao Império brasileiro. Na guerra do Paraguai, por exemplo, os Guaicurus formaram um batalhão para lutar no Prata contra as tropas de Solano López. Muitos dos guerreiros ganharam patente do exército imperial. Da mesma maneira, muitos habitantes da província já não eram considerados índios, já por morarem entre os *brancos*, já por terem outro padrão de vida, não mais simplesmente por sua descendência e aparência física.

Sem embargo, os dirigentes sonhavam que os gentios fossem transformados em mão-de-obra para as extensas terras do Império. Se algumas províncias do litoral

passaram a receber imigrantes, no final do Império os dirigentes provinciais começavam a deixar de sonhar com a desejada mão-de-obra européia, no momento que coincidia com a “derrota” dos coroados: “Creio que já é tempo de ensaiarmos a colonização indígena, já que poucas esperanças devemos nutrir de colonizar com a imigração estrangeira os nossos desertos tão abundantes de riquezas naturais”⁴⁶, dizia um presidente de província.

Mas como vimos, não eram somente os povos chamados de índios que não se adequavam ao intento de uniformização dos modos de agir e ver o mundo. A tentativa de *russificação*⁴⁷ da população deixava clara a distância entre os representantes imperiais e muitos dos habitantes de Mato Grosso. Os intentos educacionais pareciam uma verdadeira teia de Penélope, uma obra que não se completava mas que era julgada decisiva, principalmente porque se considerava que a educação seria uma maneira fundamental de integração nacional, de inclusão dos *homens do mato* na cultura da civilização, fazendo com que se reconhecessem como filhos da mesma nação, apesar das distâncias sociais e mesmo espaciais. Como observa Weinberg⁴⁸, a consolidação do Estado (que se confundiria com a aceitação de se imaginarem na mesma comunhão) pareceria continuar sempre incompleta sem o encaminhamento mínimo de esforços para que a educação se disseminasse pelo vasto território do Império.

NOTAS

* Ernesto Cerveira de Sena é doutorando em História Social e das Idéias pela Universidade de Brasília.

¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Ática, São Paulo, 1989.

² *Ibidem*, p. 14

³ *Ibidem*, p. 15

⁴ *Ibidem*, p. 15

⁵ *Ibidem*, p. 16.

⁶ GUERRA, François-Xavier. “Memórias em Transformação” : in *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. Nº 3, 2003, <http://www.ifch.unicamp.br/anphlac/> Tradução de Jaime de Almeida.

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 - 1930*. companhia das Letras. São Paulo:1993, p. 112.

⁸ RODRIGUES, Neuma Brilhante. “‘O amor da pátria e o amor das letras’ : as origens da nação na Revista do IHGB (1839 – 1889)”. Mimeo, 2000. p. 12.

⁹ *Idem, Ibidem*. p. 8.

¹⁰ LIMA, Nísia Trindade de. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1998 ver pp.114-115. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 240.

¹¹ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira - momentos decisivos*. Vol.2. São Paulo: Martins Editora, 1968. p. 224.

¹² LIMA, Nísia Trindade de. *Op. cit.*, p.63-64.

¹³ O que não excluía a possibilidade de que muitos intelectuais fizessem parte do corpo burocrático.

¹⁴ Aqui “Cultura da civilização” significa o reconhecimento dos padrões e costumes que tem como referência as instituições e hábitos europeus, construídos historicamente. Além desses hábitos, se caracterizaria pela procura da transformação e domínio da natureza para produzir bens. Segundo Norbert Elias, esse padrão e maneira de se perceber o mundo foi construído e disseminado como uma ordem e modelo mundial. ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador. Vol 1*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. Assim, a disseminação da educação, a construção e melhoria de estradas, os padrões de urbanização seriam umas das características dessa “cultura da civilização”.

¹⁵ Ver, por exemplo, Relatório de Presidente de Província. José Joaquim Ramos Ferreira. 1887, p. 118.

¹⁶ Fala do Presidente de Província, Hermes Ernesto da Fonseca, 1876. p. 21

¹⁷ A história da educação em Mato Grosso, principalmente no período imperial, é repleta de exemplos de “tentativa e erro”. Ver por exemplo: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, *Luzes e Sombras, Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT-IE, tese de doutorado, 1999 e MARCÍLIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria da Educação, Cultura e Saúde, 1963.

¹⁸ GEERTZ, Clifort. " Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura". In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997, p.15

¹⁹ Apud, CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Difel, Lisboa, 1990.

²⁰ o que não implica dizer que não haveria apropriações diferentes mesmo dentro de cada grupo social. Mas por razões operacionais podemos aqui esboçar alguns grupos sociais em Mato Grosso como, por exemplo, temos o grupo dos alfabetizados, o que os distinguiria dos não-alfabetizados. Temos os ribeirinhos, que se diferenciavam dos que moravam no centro de Cuiabá. Temos os que não se consideravam índios, que se diferenciavam das várias etnias existentes na província. Mas dentro dos chamados “índios”, temos os Mâbiquara, que se viam completamente diferente dos Bororo.

²¹ CHARTIER, Roger, *op. cit.*, p. 17

²² Relatório de Presidente de Província, Joaquim José de Oliveira. 1849, p. 403.

²³ Fato que não as impedia de serem surpreendidas pelos índios. Por isso passou-se a distribuir armas para alguns moradores de certas áreas rurais, o que era proibido e negado até os anos oitenta. Por isso também foram posicionados destacamentos em lugares por onde os índios provavelmente passariam, como o caminho para Cáceres. Mas isto nem sempre impediu que várias pessoas morressem, inclusive soldados, nesse caminho. Por outro lado, também alguns moradores de chácaras conseguiram repelir ataques indígenas, pois esperavam por eles.

²⁴ “A Província de Matto-Grosso”, em 23 de fevereiro de 1879

²⁵ SOUSA, Paulino José de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1960, p. 26.

²⁶ Relatório de Presidente de Província, Hermes Ernesto da Fonseca, 1876. p. 21.

²⁷ Relatório de Presidente de Província, João José Pedrosa, 1879, p. 79. Ver também, Fala do Presidente de Província, Hermes Ernesto da Fonseca, 1877, p. 17; Relatório de Presidente de Província, José Maria de Alencastro, 1882, p. 34; Relatório de Presidente de Província, Joaquim Galdino Pimentel, 1886, p.14.

²⁸ Relatório de Presidente de Província, Hermes Ernesto da Fonseca, 1877, p. 8.

²⁹ Relatório de Presidente de Província, Barão de Maracaju, 1880, p. 6.

³⁰ Em 1879, muitos soldados deram baixa por causa do “sarampão”.

³¹ Relatório de Presidente de Província, Dr. João José Pedrosa, 1879, p. 18.

³² Ver a “Província de Matto-Grosso”, 23 de fevereiro de 1879.

³³ Ou seja, as rondas feitas perto do núcleo urbano de Cuiabá.

³⁴ “A Província de Matto-Grosso”, 23 de fevereiro de 1879.

³⁵ Relatório de Presidente de Província, Barão de Maracaju. 1880, p. 8.

³⁶ Muitos caciques, após a guerra do Paraguai, ganharam títulos militares como recompensa pela atuação no conflito do Prata. Ver VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A Questão Indígena na Província de Mato Grosso: Conflito, Trama e Continuidade*. São Paulo: USP/FFLCH, tese de doutorado, 1995, p. 127.

³⁷ Relatório de Presidente de Província, João José Pedrosa, 1878. p. 35.

³⁸ *Ibidem*, p. 9. Outros exemplos com a mesma opinião: Relatório de Presidente de Província, Hermes Ernesto da Fonseca. 1876. p. 21. RPP, Joaquim Galdino Pimentel. 1886, p. 14.

³⁹ Fala do Vice Presidente de Província, Barão de Diamantino. 1875, p, 12.

⁴⁰ “A Província de Matto-Grosso”. 15 de março de 1881.

⁴¹ “A Província de Matto-Grosso”, 27 de março de 1881.

⁴² “Dicionário da Língua Portuguesa recopilado dos vocábulos impressos até agora, e nesta Segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA, natural do Rio de Janeiro, offerecido ao muito alto, e muito poderoso príncipe regente N. Senhor.” Lisboa: Tipographia Lacerdânia, 1813.

⁴³ Cf. “Dicionário Brasileiro da Língua Portuguêsa – Elucidário Etimológico Crítico, das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da língua portuguesa, ou nêles vêm com forma ou significação diferente (1875-1888), pelo doutor ANTONIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES, coligido, revisto e completado por seu filho Julião Rangel de Macedo Soares.” Rio de Janeiro: MEC/INL, 1954.

⁴⁴ Relatório de Presidente de Província, Barão de Maracaju. p.10.

⁴⁵ Relatório de Presidente de Província. Barão de Maracaju, 1881, pp.6e 7.

⁴⁶ Relatório de Vice Presidente de Província, José Joaquim Ramos Ferreira, 1887, p.89.

⁴⁷ Termo usado por Benedict Anderson, para designar a massificação do ensino no momento em que se formavam as nações.

⁴⁸ WEINBERG, Gregório. “Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina”. In: *Para uma História da Educação Latino Americana*. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996. Ver p. 37.